

CIÊNCIAS SOCIAIS E MEIO AMBIENTE RURAL: PRINCIPAIS TEMAS E PERSPECTIVAS ANALÍTICAS *

ALFIO BRANDENBURG **

1. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE COMO UMA QUESTÃO

O meio ambiente emerge como uma questão na agricultura após a modernização ancorada no ideário da chamada revolução verde na década de setenta. Embora já se constate, na história do pensamento brasileiro, preocupações de caráter preservacionista, (PÁDUA, 1987) não há, em período anterior à década de 70, manifestações de cunho ecológico que coloquem em questão o padrão industrial de desenvolvimento, a relação sociedade-ambiente, ou mesmo os instrumentos que intermediam essa relação. É somente após a chamada modernização conservadora da agricultura que ocorrem manifestações de contestação ao padrão técnico e econômico implementado pelas políticas agrícolas, fortemente subsidiadas pelo Estado. Isto porque jamais se presenciou, na história da sociedade brasileira, um processo de exclusão social de tamanha expressão; de trabalhadores, pequenos agricultores e camponeses de modo geral. Assim, é a partir da intensa modernização agrária que grupos organizados, representantes e líderes de associações e sindicatos questionam o padrão de desenvolvimento fundamentado na primazia da razão instrumental.

1.1 Manifestações populares: questionando os efeitos da modernização

As diferentes manifestações de contestação à exclusão social realizadas por diversos atores (trabalhadores, bóias-frias, mulheres, pequenos produtores...) não revelam, num primeiro momento, uma preocupação explícita com o meio ambiente

* A primeira versão deste artigo foi apresentado no I Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade-ANPPAS, Indaiatuba, SP, 6 a 9 de novembro de 2002.

** Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento/ Universidade Federal do Paraná, Email: alfio@onda.com.br

Texto produzido com apoio bolsa CAPES

Recebido em 08/2004 - Aceito em 03/2005.

ou, pelo menos, com os aspectos relacionados com a preservação ou destruição dos recursos naturais.¹ Apenas três movimentos, segundo SCHERER-WARREN (1990), apresentam alguma relação com a questão ambiental em razão de sua luta pela preservação da terra ou de seus meios de produção. São eles: o movimento de pequenos agricultores familiares atingidos por barragens, o movimento de indígenas que lutam pelo direito de posse de suas terras e o movimento de seringueiros que lutam pela preservação de suas atividades extrativistas na floresta amazônica. Uma das poucas organizações que surge no campo e que se manifesta claramente questionando o uso indiscriminado de agroquímicos foi a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural-AGAPAN, liderada por José Lutzemberg,

Entre os movimentos ecológicos, um deles irá contestar o padrão técnico de produção fomentado pelas políticas de modernização que eram formuladas em nome da redenção do atraso na agricultura em relação aos demais setores da economia: o movimento em favor de uma agricultura alternativa.

As políticas governamentais implementadas pelos órgãos públicos no primeiro período da modernização agrícola² acenavam, em seu discurso, com a perspectiva de um progresso social e econômico das categorias produtoras que, de fato, resultou num processo de exclusão sem precedentes. Já na década seguinte à “primeira modernização agrícola”, o pequeno agricultor em processo de exclusão e trabalhadores já excluídos vinculados às associações, organizações sindicais combativas e pastorais religiosas, viriam questionar tanto as políticas agrícolas como as técnicas por elas implementadas. Surge daí um movimento de construção de uma agricultura tida como “alternativa” ao modelo hegemônico e que irá resgatar práticas tradicionais de produção, condenadas pelo modelo vigente. A Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educação-FASE seria a entidade catalisadora desse movimento, proporcionando uma assessoria às organizações emergentes já no início da década de oitenta. Essa entidade assume um caráter mais orgânico a partir de 1983, quando se institui como uma rede de articulação nacional mediante o Projeto Tecnologias Alternativas. A rede abrange inicialmente 10 Estados brasileiros: Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais (WEID;1985,1988).

O movimento de contestação ao modelo vigente irá também se expressar por intermédio de entidades de representação dos interesses dos trabalhadores e pequenos agricultores familiares, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores-CONTAG. Em 1985, o 4.º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais irá questionar as modernas técnicas de produção tendo em vista seus altos custos não compensados pelo preço da venda de seus produtos. Dessa forma, propõe-se que as experiências dos agricultores sejam consideradas e aprimoradas pela Pesquisa e difundidas pela Extensão Rural e que as suas técnicas de uso comum sejam resgatadas, tais como: a matéria orgânica, o controle biológico e o consórcio de culturas (CONTAG, 1985).

O questionamento ao modelo de modernização também terá ressonância no interior da classe agrônômica, que organiza encontros estaduais e nacionais destinados a pensar práticas alternativas para o desenvolvimento da agricultura.³

Na década de noventa, a questão ambiental na agricultura receberá novos contornos por conta da ECO-92, realizada no Rio de Janeiro. A ECO não constitui apenas um fórum organizado sob a liderança das Nações Unidas, mas representa um momento histórico onde as várias matrizes do movimento ambientalista brasileiro se expressam paralelamente ao evento oficial. A idéia de um desenvolvimento sustentável, concebida a partir do conceito de ecodesenvolvimento, fundamenta novas premissas de uma agenda norteadora de políticas públicas. Na ECO, entre os vários grupos da sociedade civil, os pequenos agricultores, os sem-terra e os trabalhadores de modo geral firmam sua posição em torno de um outro modelo de desenvolvimento agrícola

Assim, a ECO fará “eco” tanto nas entidades governamentais como nos movimentos ambientalistas da sociedade civil organizada, que se sente reforçada nas suas estratégias de ação. Nas associações, nos movimentos populares e nas Organizações Governamentais e Não-Governamentais, o meio ambiente passa a fazer parte integrante das políticas públicas. Assiste-se, a partir de então, um avanço nas propostas de cunho ambientalista nos múltiplos setores da sociedade. Estado, mercado e sociedade civil passam a agir “ambientalmente”, embora com perspectivas distintas. As políticas ambientais implementadas pelo poder público irão privilegiar a ação conservacionista, preservacionista e reguladora da questão ambiental; o mercado gradativamente irá incorporar o modelo de produção de mercadorias não poluidoras; as Associações e as Organizações Não-Governamentais irão formular propostas de um desenvolvimento sustentável definido como uma política de inclusão social e de gestão de recursos naturais (ALMEIDA, 1999; BRANDENBURG, 1999).

Apesar do avanço que representa para a questão ambiental, a noção de sustentabilidade parece contudo excessivamente abrangente para definir os vários movimentos ambientalistas, que procuram afirmar sua identidade. Desse modo, o movimento de contestação à agricultura convencional irá precisar melhor seu projeto. Ele nasce como alternativo à modernização conservadora, passa a orientar-se pela noção de sustentabilidade por influência da ECO-92 no início dos anos noventa e, recentemente, se identifica como de agricultura ecológica.⁴ No início do novo milênio, assiste-se a uma expansão de associações e organizações de agricultores ecológicos em função de uma demanda crescente de alimentos isentos de agrotóxicos por parte dos consumidores.⁵

Resumindo, podemos identificar na manifestação dos grupos sociais organizados dois principais “tipos” de ações ecológicas no ambiente rural: as ações de conservação, preservação e gestão do ambiente natural e as ações relacionadas com mudança de padrão técnico de produção, isto é, aqueles que procuram substituir práticas agrícolas convencionais por alternativas ecológicas de organização da produção.

2. OS GRUPOS TEMÁTICOS NO DEBATE ACADÊMICO

Considerando a relevância da questão ambiental, a partir das manifestações de diversos segmentos da sociedade civil e da ação do Estado frente a ação denunciadora de diferentes grupos, as ciências sociais se vêem convocadas a

incluir a dimensão ambiental em suas análises. Somente a partir do momento que o ambiente natural se coloca como uma questão para a sociedade é que as ciências sociais começam a tratar do ambiente rural. Até então, “o meio ambiente” era uma área de conhecimento de competência das ciências naturais. Portanto, apenas recentemente as diversas sub-áreas da sociologia, entre elas a da sociologia rural, começam a incorporar a questão ambiental e uma sociologia ambiental começa a ganhar corpo no Brasil.

No que tange ao mundo agrário, embora ainda sejam poucos os estudos de caráter sócio-ambiental, já parece possível mapear temas mais investigados e apontar algumas perspectivas analíticas. Os estudos que serão indicados a seguir não pretendem esgotar a bibliografia dos temas estudados, mas apenas identificar grupos temáticos que se desenham em função das questões mais consideradas pelos pesquisadores e que possuem maior visibilidade mediante trabalhos publicados.

2.1 Conseqüências da modernização: impacto de agroquímicos, máquinas e implementos agrícolas

Os primeiros estudos que tratam das conseqüências do uso das práticas agrícolas modernas surgem no início da década de oitenta. ROMEIRO e ABRANTES (1981) irão analisar o impacto das tecnologias geradas em ambientes sócio-naturais estranhos à realidade brasileira. Esclarece-se, então, como as máquinas e implementos agrícolas contribuem para acelerar processos erosivos dos solos e para o desequilíbrio dos ecossistemas agrários. GRAZIANO NETO (1982) irá realizar uma crítica ecológica da modernização da agricultura. O problema do uso de agrotóxicos na agricultura seria tratado por GUIWANT (1992) na perspectiva da sociologia ambiental. Baseado num estudo de caso, Guiwant mostra como os agricultores legitimam o uso dos agrotóxicos adaptando-se a situações de risco. Em outro trabalho, a partir do estudo da poluição ambiental causada por suinocultores em Santa Catarina, GUIWANT (1998) analisa os conflitos e as negociações relacionados com a formulação de uma política ambiental.

2.2 Movimentos sociais no campo e meio ambiente

Estes estudos tratam de mapear os movimentos sociais no campo e procuram entender o seu significado para os diversos atores envolvidos. Eduardo VIOLA (1987), ao estudar o movimento ecológico no Brasil entre 1974-1987, irá contribuir para identificar grupos e organizações emergentes. Mais tarde, Ilze SCHERER-WARREN (1990) fará um primeiro mapeamento dos movimentos sociais no campo no intuito de compreender a articulação entre preservação dos recursos naturais e luta pela sobrevivência.

2.3 Agricultura de padrão alternativo, sustentável e agro-ecológico: a via não convencional

As ações visando a construção de uma agricultura baseada na reorganização dos sistemas convencionais de produção suscitam estudos sobre o sentido e a perspectiva dessas iniciativas. Desse modo, no início da década de oitenta, a tecnologia passa a ser discutida pelas ciências sociais sob a rubrica de alternativas ou socialmente apropriadas. Assim, CARVALHO (1982) analisaria a via da agricultura não convencional, como a da tecnologia socialmente apropriada que, embora sob a hegemonia do capital, viria nela uma alternativa de redução de dependência de tecnologias subordinadas ao interesse do capital. Uma estratégia de reforço ao processo de organização e de sobrevivência do pequeno agricultor seria a interpretação dada por PINTO (1981). ABRAMOVAY(1985) discutiria a possibilidade de um “outro caminho” para a agricultura que não a industrial. SILVA(1987) viria nesse movimento um “retrocesso histórico no avanço das forças produtivas”. Para esse autor, a agricultura alternativa não apresentaria perspectivas viáveis sob o ponto de vista sócio-econômico em função da superioridade técnica do padrão moderno.

A análise da agricultura alternativa seria retomada a partir da ECO-92. O evento teve importância não só no sentido de avaliar a implementação de ações junto à sociedade mas, também, no âmbito do mundo acadêmico. Embora o conceito de “sustentável” fosse desprovido de qualquer valor heurístico, muitos estudos irão buscar conceitos na sociologia para se pensar a noção de sustentabilidade. GUIWANT (1995), ao analisar a “agricultura sustentável na perspectiva das ciências sociais”, via no conceito uma espécie de guarda-chuva para abrigar as mais distintas noções de práticas na agricultura. Assim, sustentável poderia significar: uma agricultura de insumos reduzidos, alternativa, regenerativa, biológica, orgânica ou ecológica, entre outras.

Sob o tema “desenvolvimento rural sustentável”. ALMEIDA E NAVARRO (1997) organizam uma coletânea de textos que avaliam e analisam perspectivas de um padrão não convencional de produção na agricultura.

Analisando o sentido de iniciativas relacionadas ao desenvolvimento de uma agricultura sustentável, ALMEIDA (1999) e BRANDENBURG(1999) irão privilegiar as ONGs em suas análises. O primeiro aborda “a construção de uma nova agricultura” tomando como referência uma rede de organizações que abrange os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O segundo analisa o papel de uma organização no Centro-Oeste do Paraná. Ambos os estudos mostram que a prática de um padrão alternativo, ou agroecológico, expressa uma luta contra processos dominantes de homogeneização técnica e, ao mesmo tempo, uma construção de sujeitos idealizadores de novas relações sociais e ambientais.

A agroecologia será tratada na perspectiva de novos caminhos para a agricultura, mediante vários textos publicados na Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente n.6 (2002). A edição da revista apresenta textos do movimento agroecológico no Brasil, França e Alemanha.

2.4 Desenvolvimento rural sustentável

Os estudos relacionados ao desenvolvimento sócio-ambiental agrário surgem principalmente após a divulgação do Relatório de Brundtland e a ECO-92, realizada no Rio de Janeiro. Há, nessa perspectiva, abordagens como a do Eco-desenvolvimento (ROMEIRO, 1992) que, a partir de uma análise histórica da ciência agrônômica, discute a viabilidade de um padrão “técnico-ecológico” para a agricultura brasileira. Teoricamente, o conceito de Desenvolvimento Rural Sustentável é analisado e discutido de modo crítico por vários autores (GOMEZ, 1997; ALMEIDA, 1997; CANUTO, 1998; BRANDENBURG; 1998). Na década de 90, vários debates e trabalhos foram publicados tendo em vista o ideário do Relatório de Brundtland. Nesse contexto, em 1995, dois eventos discutem a possibilidade de desenvolver alternativas para o desenvolvimento da agricultura: em Curitiba foi organizado o workshop “O Desenvolvimento de uma outra agricultura: acesso à terra e a meios de produção, a questão da fome e a integração social” e, em Porto Alegre, a conferência internacional “Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável”. Duas coletâneas de textos foram organizadas a partir desses encontros: *Para Pensar Outra Agricultura* (FERREIRA e BRANDENBURG, 1998) e *Reconstruindo a Agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável* (ALMEIDA e NAVARRO, 1997). Recentemente, RUSCHEINSKY(2004) organizou uma coletânea com textos diversos sobre agricultura e sustentabilidade.

2.5 Agricultura, meio ambiente e temas diversos

Desenvolvimento rural sustentável, ou agricultura e meio ambiente, é ainda interpretado na sua relação macro e microsocial, articulando temas diversos como: *energia* (RAMALHO FILHO e VASCONCELOS, 1992); *trabalho e mudança tecnológica* (ROMEIRO, 1998; CAVALCANTI, 1999); *desenvolvimento local, ou regional* (BRITO, 1998); *papel das ONGs* (RIBEIRO, 1997, BRANDENBURG,1999); *pesquisa* (SALLES e outros, 1997); *extensão rural* (CAPORAL,1990); *reforma agrária e assentamentos rurais* (STERCÍ, TELLES DO VALE, 2003; SILVEIRA, 1998); *segurança alimentar* (MENEZES,1998); *agricultura* (ABRAMOVAY,1994; VEIGA,1994; EHLERS, 1996); *agricultura familiar* (CARMO, 1998, BRANDENBURG,1999); *sistemas de produção agrícola* (DORETO, 1998); *populações tradicionais em áreas naturais protegidas* (ZANONI, FERREIRA, MIGUEL, FLORIANI, CANALI, RAYNAUT, 2000).

2.6 Ruralidades e meio ambiente

O estudo do rural tem ressurgido recentemente na literatura sob o tema das ruralidades. Isto porque não existe apenas um ambiente rural, mas diversos. É o que mostra WANDERLEY (2000), cujo texto constitui uma espécie de guia metodológico para o estudo do rural. Publicado na *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente* n. 2, 2000, esse texto e outros tratam da temática “reconstrução da ruralidade e a relação sociedade-natureza”.

A revalorização do rural no contexto da globalização é tema de um ensaio realizado recentemente por MOREIRA (2002). Nesse contexto, o rural é o espaço de novas sociabilidades que articulam redes envolvendo atividades de reconversão ecológica ou ambiental. Em texto recente, ABRAMOVAY(2003), analisando a importância do meio ambiente para os Estados Unidos e a Europa, aponta iniciativas orientadas para a preservação do ambiente agrário em vários Estados no Brasil.

A relevância da questão ambiental na agricultura e no rural se expressa ainda nos vários encontros de associações científicas que incluem em suas agendas temas sócio-ambientais vistos nas suas diversas abordagens analíticas.⁶ Nos dois encontros da recém criada Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade-ANPPAS, vários trabalhos foram apresentados nos GTs destinados à discussão agricultura e meio ambiente: Produção e Consumo de Alimentos (2002) e Agricultura, riscos e conflitos ambientais (2004). Neste último encontro, uma mesa específica discutiu o tema ruralidades e meio ambiente no Brasil.

As revistas de Institutos de Pesquisa e Programas de Pós-Graduação editam números especiais para tratar do meio ambiente rural.⁷ Nos cursos de Pós-Graduação, é sabido que cresce o número de teses que tratam do meio ambiente, embora não se possa precisar as várias temáticas pesquisadas, dada a inexistência de um sistema centralizado de informações.

3. O RURAL DIANTE DE DUAS CORRENTES DE PENSAMENTO

As discussões e análises da questão ambiental no campo são abordadas no contexto da reorganização do ambiente rural diante da sociedade globalizada. Nesse sentido, o tema da ruralidade apresenta-se mediante uma controvérsia que articula basicamente duas posições: uma aponta para o desaparecimento de um rural agrícola, face aos processos contínuos de urbanização e industrialização; outra, para a reconstrução de uma ruralidade que resgata um mundo da vida rural articulado com valores urbanos.

Para a primeira versão, o rural deixa de ser um espaço que privilegia a agricultura; é cada vez mais espaço de múltiplas atividades⁸ (SILVA, 1998; SCHNEIDER, 1999). A agricultura caminha para um processo de industrialização ou de um ramo de atividade industrial, de serviços em geral (GOODMAN, SORJ, WILKINSON, 1990; SILVA, 1996). Nessa perspectiva, é possível deduzir que a terra perde importância como recurso produtivo à medida que a produção é realizada em ambientes construídos, como a produção de legumes e verduras em estufas, as granjas produtoras de aves, as fábrica-fazendas produtoras de leite. Desse modo, o rural é analisado na perspectiva da reorganização das atividades econômicas, onde o progresso tecnológico exerce um papel preponderante. Os recursos tecnológicos da informática e da engenharia genética estariam na ponta desse processo de transformação. Nesse contexto, o ambiente rural seria reconstruído na perspectiva de uma sociedade industrializada, onde as especificidades entre as atividades desaparecem, uma vez

que a lógica da racionalidade técnico-instrumental seria determinante nos processos de reorganização social.

Para a segunda versão - o da reconstrução da ruralidade - o mundo rural não deixa de existir para a sociedade. Se por um lado ocorre um esvaziamento da população no campo à medida que a sociedade se industrializa, por outro, há uma reconstrução de relações sociais no meio rural mediante categorias sociais que permanecem no campo e que são valorizadas no contexto de políticas públicas (WANDERLEY, 2000). Assim, há um número majoritário de agricultores familiares, cujo processo de organização social e produtiva reconstrói relações sócio-ambientais que não se baseiam exclusivamente em valores urbanos. Antes, essas relações são reconstruídas com base em dois universos tensionados e complementares: o mundo da vida rural, expresso pelo cotidiano marcante das relações comunitárias no campo, e o sistema urbanizado, que através de relações de troca mediatiza valores universais com a sociedade. Nessa perspectiva, embora as comunidades rurais, os núcleos, povoados ou pequenas vilas ou cidades possam ser dotadas de infra-estrutura de lazer, energia, saneamento e serviços, com características dos centros urbanos, eles expressam um modo de vida que tem suas raízes no meio rural (WANDERLEY, 1999). Considera-se ainda que, nos chamados pequenos centros urbanos, atividades como as de serviços, agroindústria, turismo, ainda têm seus vínculos com a agricultura.

O ambiente rural é reconstruído mediante uma diversidade de atividades e com processos produtivos que combinam diferentes tipos de saberes (BRANDENBURG, 1999; WANDERLEY, 1989). Ao combinar saberes diferenciados, os agricultores constroem relações com a natureza que retomam processos de gestão que fazem uso de recursos naturais e não necessariamente de recursos industrializados.

Na perspectiva do socioambientalismo, as duas correntes de interpretação do rural podem ser compreendidas na perspectiva da modernização ecológica ou na perspectiva da teoria crítica ou da modernidade reflexiva.

Sob o ponto de vista da teoria da modernização ecológica, uma infra-estrutura técnico-econômica renovada por um industrialismo ecológico fundamentaria o novo rural emergente.

Na perspectiva da teoria crítica da modernidade, a reconstrução do ambiente rural constitui a escalada de um processo de reencantamento do mundo, próprio da segunda fase da modernização (TOURAINÉ, 1994), ou da modernidade reflexiva (GIDDENS, BECK, LASH, 1997).

A reconstrução do rural no Brasil não se resume à reorganização técnica dos processos produtivos. O questionamento aos processos homogeneizadores da produção, em função de suas conseqüências sociais e ambientais, faz com que diversos atores sociais assumam posições críticas face à desestruturação dos ecossistemas e aos contínuos processos de exclusão social, de perda de identidade e massificação cultural. Paralelamente a esse processo, desenvolve-se uma consciência crescente, no interior da sociedade, dos riscos da tecnologia para a saúde humana e para o Bem Estar Social (BECK, 1997). Isto faz com que a sociedade passe a consumir produtos e serviços que se aproximem de processos naturais e biológicos, tendo em vista possíveis conseqüências

apresentadas por produtos industriais como os alimentos industrializados. É nesse contexto que hipoteticamente se poderia explicar o aumento por demanda de produtos orgânicos oriundos de uma agricultura ecológica.

Desta forma, dentre os vários temas relacionados com a questão ambiental no meio rural, a reorganização da agricultura, via agroecologia, parece ser um dos mais relevantes, considerando o seu sentido tanto para os atores sociais rurais como para a moderna sociedade de risco. Assim é possível afirmar que: se, para o consumidor, o consumo de produtos naturais representa uma alternativa de preservação da saúde, para o agricultor, a agroecologia, em expansão nesse momento, representa muito mais uma possibilidade de assegurar sua reprodução social do que uma ação fruto de racionalidade ecológica orientada por imperativos éticos de reconstrução de sistemas ecossociais.

A relação entre subsistência do agricultor e preservação ambiental, no Brasil, parece alavancar processos técnico-naturais de produção, o que não significa dizer que nesse processo não se forje atores sociais movidos por uma consciência ambientalista. Se há uma preocupação em restaurar processos produtivos que procuram gerir recursos naturais, é possível dizer que a preocupação com meio ambiente se amplie e, dessa forma, outros aspectos ambientais passem a ser considerados na reorganização da agricultura e do espaço rural.⁹ A diversificação das explorações e das atividades agrícolas, a conservação do solo e os cuidados com recursos hídricos e florestais, e com a paisagem, não apenas fazem do rural um espaço reorganizado de produção agrícola, como também um espaço de consumo ambiental. O rural ambientalizado oferece, além de produtos, uma natureza reconstruída própria para atividades turísticas, de lazer e outras, de mediação da sociedade urbana e industrializada.

Os vários temas do ambiente rural, assim como do ambiente urbano, do costeiro e outros, com a instituição dos Programas de Pós-Graduação em Meio Ambiente, passam a ser estudados sob a ótica da pesquisa interdisciplinar. Desta forma, os quadros analíticos não se resumem às ciências sociais ou naturais, mas cada área, em seu respectivo domínio, estabelece pontes de diálogo com as áreas relacionadas aos temas definidos como objeto de investigação. A abordagem interdisciplinar afirma-se como uma das mais promissoras para a compreensão de um rural em cujo espaço ainda se desenvolve uma das atividades produtivas mais próximas da natureza: a agricultura.

No que tange à abordagem das ciências sociais ou, mais propriamente, da sociologia, pode-se afirmar que os estudos de questões ambientais até agora realizados estão estreitamente relacionados com a sociologia rural, havendo ainda uma predominância desta nas investigações dos diversos temas agrários. Mas, à medida que a questão ambiental passa a ser considerada na reconstrução do rural, as teorias ambientais passam a contribuir nas análises das diversas dimensões dessa reconstrução.

A passagem de um quadro analítico para outro, nos estudos das questões rurais, foi muito bem resumido no contexto da sociedade francesa por MATHIEU E JOLLIVET (1989). No trabalho “Du Rural à L’environnement”, os autores reúnem

uma coletânea de textos que trata de temas ambientais diversos, na ótica de diferentes disciplinas, sugerindo um marco divisório na abordagem dos estudos rurais franceses. Para o caso brasileiro, assume-se a tese de que metodologicamente dois referenciais teóricos se complementam para uma melhor compreensão do rural que ressurgiu “ambientalizado”: a sociologia rural e a sociologia ambiental. Por um lado, não se pode abdicar das abordagens clássicas da sociologia rural, dada a especificidade e a heterogeneidade social, ambiental e temporal do rural no Brasil. Ao mesmo tempo, negligenciar as contribuições de teóricos contemporâneos pode nos ocultar a compreensão de fenômenos de uma modernidade considerada como pós-industrial, crítica, reflexiva, ou de risco, que no caso brasileiro se sobrepõe a um tempo moderno ou até mesmo pré-moderno. Essas diferentes dimensões do real são relevantes não apenas para compreender como o rural se reorganiza mas, igualmente, para orientar atores sociais, organizações e instituições sociais e governamentais na formulação de políticas de desenvolvimento que articulem dimensões do ambiente e da sociedade.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. “Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo” Texto para Discussão IPEA n.702 - 2000.
- _____. “A dualização como caminho para a agricultura sustentável”. In: **Estudos Econômicos**. São Paulo, v.24, n.especial. 1994, p 152-182.
- _____. “Progresso técnico: a indústria é o caminho?” In: **Cadernos de Difusão de Tecnologia**. Brasília: Embrapa, v.4.n.2p. 233-245, 1985.
- _____. “Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo.” In: **O Futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS,2003.
- ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**. Editora da Universidade. UFRGS, 1999.
- ALMEIDA, J.& NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura**. Editora da Universidade. UFRGS 1997.
- BECK, U. **Risky Society: towards a new modernity**. Londres: Sage, Londres, 1991.
- BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba. Ed. UFPR, 1999.
- BRANDENBURG, A. **Socioambientalismo e novos atores na agricultura**. IX Congresso Brasileiro de Sociologia. Porto Alegre; UFRGS, 30 /08 a 3/09/99.
- BRANDENBURG, A. Agricultura e desenvolvimento sustentável. In: **Agronegócios: desafios e perspectivas**, SOBER,1998.
- BRITO, F. E. M. “Meio ambiente e região: em busca da sustentabilidade comprometida”. In: **RAÍZES, Revista de ciências sociais e econômicas**. Agricultura, meio ambiente e condições de vida. Campina Grande: UFPB, Ano XVII, n.16, março/1998, p 61-71.
- CANUTO, J. C. “Agricultura ecológica e sustentabilidade socioambiental”. In: **RAÍZES, Revista de ciências sociais e econômicas**. Agricultura, meio ambiente e condições de vida. Campina Grande: UFPB, Ano XVII, n.16, março/1998, p 13-24.

- CARMO, M. S. “A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável”. In: FERREIRA, Â. & BRANDENBURG, A. **Para Pensar Outra Agricultura**. Curitiba:UFPR, 1998.
- CARNEIRO, M.J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.
- CARVALHO, H.M. **Tecnologia socialmente apropriada: muito além da semântica**. Londrina: IAPAR. Doc.4. 1982.
- CAVALCANTI, J. S. B. **Globalização trabalho e meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação**. Recife. UFPE. 1999.
- CONTAG. 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais: Conclusões. Brasília: Contag,1985.
- DORETO, M. “Uso do enfoque sistêmico na sustentabilidade dos sistemas de produção: a experiência do IAPAR.” In: **RAÍZES, Revista de ciências sociais e econômicas**. Agricultura, meio ambiente e condições de vida.Campina Grande: UFPB, Ano XVII, n.16, março/1998, p 72-79.
- EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da terra, 1996.
- FERREIRA, Â. & BRANDENBURG, A. **Para Pensar Outra Agricultura**. Curitiba: UFPR, 1998.
- GOMEZ, W. H. “Desenvolvimento sustentável agricultura e capitalismo.” In: BECKER, D.F. (org.) **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** SantaCruz do Sul: EDUNISC,1997.
- GIDDENS, A.; BECK, U. & LASH, S. **Modernização reflexiva**. São Paulo. Unesp. 1997.
- GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia; crítica a moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982
- GUIVANT, J. S. “A agricultura sustentável na perspectiva das ciências sociais.” In: VIOLA, E. et al. (org.) **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais**.São Paulo: Cortez, Florianópolis: UFSC, 1995.
- _____. “Suinocultura e poluição no Oeste de Santa Catarina: Os desafios de implementar uma política ambiental.” In: *Raízes*, Ano XVII, n.16, março, 1998 p 113-120.
- GOODMAN, D. S. & WILKINSON. **Da lavoura às biotecnologias**. Rio de Janeiro, Campus, 1990.
- JOLLIVET, M. “Agricultura e meio ambiente: reflexões sociológicas.” In: **Estudos Econômicos**. São Paulo, v.24, n. especial p. 183-198, 1994.
- MATHIEU, N. & JOLLIVET, M. **Du rural a l’environment: la question de la nature aujourd’hui**. Paris: L’Harmattan, 1989.
- MOREIRA, R. J. **Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação**. Rio de Janeiro: Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/CPDA, 2a ed. N.I, 2002.
- PÁDUA, J. A. “Natureza e Projeto Nacional: as origens da ecologia política no Brasil.” In: PÁDUA, J.A. (org.) **Ecologia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, IUPERJ, 1987.

- PINTO, J. B. G. **Tecnologia e pequena produção no desenvolvimento rural**. Doc. NAS; Recife: MINGER, SUDENE, POLONORDESTE, OEA, 1981. mimeo.
- RAYNAUT, C. et al. **Sustentabilidade e mudanças: historia das transformações sociais e ecológicas no litoral do Paraná**. X Congresso Mundial de Sociologia Rural. Rio de Janeiro; 30/07 a 5/08/2000.
- RAMALHO FILHO, R. & VASCONCELOS, J.N. “Do pro-alcool à valorização da cana-de-açúcar em Alagoas.” In: MAINON, D. (org) **Ecologia e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: APED, 1992
- ROMEIRO, A. R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 1998
- ROMEIRO, A.R. & ABRANTES, F. J. Meio ambiente e modernização agrícola. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: v.43 n.1, p 3-45, jan/mar 1981.
- _____. “Agricultua e ecodensenvolvimento. In”: MAINON, D. (org) **Ecologia e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: APED, 1992.
- RUSCHEINSKY, A. (org) **Sustentabilidade: uma paixão em movimento**. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- SCHERER-WAREN, I. “Movimentos sociais rurais e o meio ambiente.” In: **IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente: Textos Básicos**. Florianópolis, 19 a 23 de setembro, 1990.
- SALES-FILHO, S.; ALBUQUERQUE, R. & MELO, D. L. “Novos rumos da pesquisa agrícola agroindustrial.” In: ALMEIDA, J. & NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura**. Editora da Universidade. UFRGS 1997.
- SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP, IE, 1996.
- _____. “Perspectiva da agricultura alternativa.” In: **Cadernos de Difusão de Tecnologia**. Brasília: EMBRAPA. V. 4. n2.p. 117-128, 1987.
- SILVEIRA, M. Â. “Desenvolvimento rural sutentável em assentamento: análise e interpretação participativa.” In: **RAÍZES, Revista de ciências sociais e econômicas**. Agricultura, meio ambiente e condições de vida. Campina Grande: UFPB, Ano XVII, n.16, março/1998, p 100-112.
- SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Editora da Universidade, 1999.
- STERCI, N.; TELLES DO VALLE, R.S. **Reforma Agrária e Meio Ambiente**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003.
- TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade**. Petrópolis, Vozes, 1994.
- VEIGA, J.E. “Problemas da transição à agricultura sustentável.” In: **Estudos Econômicos**. São Paulo, v.24, n.especial. 1994, p 9-29.
- VIOLA, E. O movimento ecológico no Brasil. In: . PADUA, J. A. (org.) **Ecologia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, IUPERJ, 1987.
- WANDERLEY, M.N. “A valorização da agricultura e a reivindicação da ruralidade no Brasil.” In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente: a reconstrução da ruralidade e a relação sociedade-natureza**. Curitiba, Editora da UFPR. n.2. p 29 -29, 2000.

RESENHA/BOOK REVIEW

- WANDERLEY, M.N. **Olhares sobre o rural brasileiro**. Recife, out.1999 (mimeo)WEID, J.M. “Projeto tecnologias alternativas/FASE.” In: **Proposta: experiência em 13 educação popular**. Rio de Janeiro: n.27, p.9-3, novembro, 1985.
- _____. “Projeto tecnologias alternativas/FASE.” In: **Proposta: experiência em educação popular**. Rio de Janeiro: n.36, p 2-4, janeiro 1988.
- ZANONI, M. et al. “Preservação da natureza e desenvolvimento rural.” In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente: a reconstrução da ruralidade e a relação sociedade-natureza**. . Curitiba, Editora da Ufpr. n.2.2000.

NOTAS

1. Estudos referente ao mapeamento geral do movimento ecológico no Brasil e sua inserção no plano global, foi realizado por Eduardo Viola: O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PADUA, José Augusto. Ecologia e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e tempo; IUPERJ, 1987. Ambientalismo multissetorial no Brasil, para além da RIO-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: VIOLA, Eduardo e outros. Meio Ambiente Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 1995.
2. Deve-se resaltar o papel das políticas de subsídio à agricultura, dos órgãos como o Sistema Brasileiro de Extensão Rural e de Pesquisa agropecuária investidos na tarefa de operar a modernização do campo
3. ANAIS III Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, Cuiabá/MT: 12 a 17/04/87.
4. Estudos recentes sobre a agroecologia, e sucessivos encontros dão noção do significado desse movimento. DAROL, Moacir. Dimensões da Sustentabilidade: um estudo da agricultura orgânica na Região Metropolitana de Curitiba, Curitiba, 2000 (tese de doutorado) KARAN, Karen. Agricultura orgânica e a estratégia para uma nova ruralidade. Curitiba, 2001 (tese de doutorado).
5. BRANDENBURG, Alfio. Socioambientalismo e novos atores na agricultura. IX Congresso Brasileiro de Sociologia. Porto Alegre; UFRGS, 30 /08 a 3/09/99
6. Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais-ANPOCS, Encontro da Associação Programa de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura- APIPSA.
7. ESTUDOS ECONÔMICOS: Agricultura e Meio Ambiente, v.24(especial), 1994; RAIZES: Agricultura, meio ambiente e condições de vida. Campina grande. Raizes, ano xvii, n.16, março/1998 n.16, 1996; DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE: A reconstrução da ruralidade e a relação sociedade/natureza. Curitiba: Ed.UFPR, n2. 2000.; DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE: Caminhos da agricultura ecológica: Ed:UFPR n. 5. 2002.
8. Segundo CARNEIRO(1998) , pode-se questionar a diversificação de atividades como uma novidade, pois a agricultura familiar já traz no seu modelo original a multiatividade.
9. O meio ambiente rural em seu conjunto físico e biológico envolve o solo, a água, a biodiversidade, bem como a paisagem e a atmosfera JOLIVET (1994)

ALFIO BRANDENBURG

**CIÊNCIAS SOCIAIS E AMBIENTE RURAL: PRINCIPAIS TEMAS E
PERSPECTIVAS ANALÍTICAS**

Resumo

Este trabalho tem por finalidade fazer um balanço dos estudos ambientais rurais sob a perspectiva das ciências sociais. Para isso, em primeiro lugar, realiza-se uma análise da trajetória dos movimentos sociais, identificando-se as principais questões ambientais emergentes na ótica dos atores do mundo rural. Num segundo momento, agrupam-se os temas privilegiados pelos pesquisadores para, em seguida, apontar as principais perspectivas analíticas em curso.

Palavras-chave: ciências sociais e ambiente rural; sociologia ambiental.

**SOCIAL SCIENCES AND THE RURAL ENVIRONMENT: MAIN
THEMES AND ANALYTICAL PERSPECTIVES**

Abstract

This paper aims to take stock of the work produced in the area of environmental studies, from the perspective of the Social Sciences. This means that, in the first place, the social movements trajectories are analyzed and the main emergent environmental issues, from the viewpoint of the rural social actors, are identified. In the second place, the privileged topics that researchers have investigated are pointed out, followed by a discussion of the main analytical perspectives they have chosen.

Key words: Social Sciences and the rural environment; Environmental Sociology.